

O IMPERIALISMO TARDIO

*Lincoln Secco**

lincolnsecco@yahoo.com

RESUMO: Este artigo mostra as relações históricas e geográficas entre países da semi-periferia e analisa o conceito de imperialismo tardio ou subimperialismo.

PALAVRAS-CHAVE: imperialismo, imperialismo tardio, semiperiferia.

As relações de dominação ou hegemonia, nos casos de colonialismo direto ou indireto, são o produto necessário da reprodução do espaço sob as relações de produção capitalistas. Essas assimetrias se reproduzem em diferentes escalas desde a alvorada do capitalismo. Assim, a economia-mundo mediterrânea viu uma sucessão de deslocamentos de centros dinâmicos que reorganizavam as funções dos países ou regiões. As abordagens mais marcantes sobre essas assimetrias só apareceram, contudo, no século XIX, quando surgiu o imperialismo tipicamente econômico (sem a necessidade intrínseca, embora se utilizando por vezes) da dominação política. O aporte mais considerável a tais discussões surgiu com Hobson, Lênin e Bukharin, que no início do século XX dedicaram-se ao estudo do imperialismo. Eles foram além de Karl Marx. Os marxistas, originalmente aceitando a hipótese de que a expansão de mercados e capitais desenvolveria os países colonizados (CARDOSO, 1992, p. 13-80), romperam com essa idéia (mesmo porque Marx não estudara profundamente a concorrência e o comércio exterior). Aplicando os modelos de transferência da mais-valia do setor de baixa ao de alta composição orgânica de capital através da transformação dos valores em preços de produção (constantes do volume terceiro de *O Capital*), procuraram reproduzi-los para explicar a “exploração internacional”.¹

* Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Nos anos 60 e 70 falou-se também na reprodução espacial dessas assimetrias entre países centrais e periféricos no âmbito da própria periferia e no interior dos países. O que se chamou subimperialismo é uma categoria presa por demais ao âmbito econômico, quando uma adequada compreensão do fenômeno exige que se agreguem a dimensão espacial, a conjuntura temporal histórica e o desenvolvimento do conceito de semiperiferia.² Afinal, o subimperialismo³ surge na semiperiferia em épocas ou conjunturas específicas, como o final do século XIX ou o último quartel do século XX. Trata-se de considerar esse imperialismo retardatário ou tardio a partir do primado da produção, mas da produção do espaço, pois entendemos que Marx asseverou o primado ontológico da produção, atividade de trabalho humano, mas não necessariamente da produção do econômico. A produção do espaço pode assumir uma dimensão explicativa essencial na medida em que o espaço é também econômico, embora não só, e é produzido pelos homens, como veremos mais adiante.

O centro se alimentou sempre de suas periferias. Elas forneceram suas fontes de matérias-primas e, com seu desenvolvimento interno limitado, mercados para produtos industrializados. O papel da periferia no financiamento da mão-de-obra dos países desenvolvidos foi bastante discutido. A periferia exportou bens-salário (produtos alimentícios ou de consumo habitual), que, barateados pelo comércio desigual (depreciação dos termos de troca em favor dos bens industrializados e em desfavor dos produtos de baixo valor agregado), contribuíram para diminuir o valor da força de trabalho dos operários dos países centrais e para aumentar a sua produção de mais-valia relativa. Decerto, a produtividade do trabalho só afeta a mais-valia relativa quando barateia os produtos que compõem o consumo habitual da classe operária (TRASPADINI e STEDILE, 2005, p. 48). Mas se isto se verifica integralmente no auge do imperialismo, diminui com o passar do tempo. A “cesta básica” ou “consumo habitual” da classe operária é um fator histórico. Com o salário indireto (keynesianismo, *welfare state*) e com os supersalários (auferidos pelo que Lênin denominou aristocracia operária), decorrentes dos superlucros obtidos pelos oligopólios mediante a concorrência imperfeita ou oligopolista que transfere parte da mais-valia social do setor competitivo para o setor que pode estabelecer preços administrados, o consumo habitual da classe operária dos países centrais inclui bens cada vez mais sofisticados e industrializados. E mesmo os setores de trabalhadores desqualificados logram um nível de existência material superior aos dos países pobres, porque os conseguem politicamente (através dos direitos sociais constitu-

cionalmente universalizados). Por isso, diminui a participação da produção periférica no desenvolvimento do centro sob esse aspecto. O intercâmbio desigual, portanto, volta a exigir a imposição político-militar ou se dá pela alta finança. A consequência ideológica se mostra na visão distorcida da periferia como inútil, descartável e, no limite, culpada pela sua própria miséria. Na política, emergem as formas de tratamento ditatorial dual, ou seja: democracia para os nacionais, formas fascistas para os estrangeiros ilegais ou subempregados.

Pretende-se aqui discutir tais questões à luz da história concreta da semiperiferia europeia na era do imperialismo clássico, pois ela guarda elementos sistêmicos recorrentes na nova semiperiferia que busca ingressar no capitalismo globalizado do século XXI e da qual o Brasil faz parte. De nenhum modo, a integração da semiperiferia é um dado inexorável. No século XX, o norte da Itália antecedeu em quase um século a integração (ainda precária) de outras partes do sul da Europa. A Catalunha em um tempo ainda mais recuado. Nesse caso, seria preciso explicar mais do que a evolução do número de firmas no século XVIII, quando o eixo econômico desloca-se da Meseta para o norte e nordeste. Caberia entender os mores (valores) que geram uma classe de industriais a partir de uma situação historicamente determinada (como São Paulo depois de 1870, por exemplo). Afinal, uma revolução industrial não é uma mera construção de indústrias que tem seu motor imediato na acumulação prévia de capitais, se assim fosse, como os capitais acumulados em consequência do tráfico com a América foram a causa essencial da industrialização, não se explicaria por que esta “veio a produzir-se na Catalunha e não em Andaluzia, onde a acumulação era muito maior e de data mais antiga” (FONTANA, 1972, p. 359).

Os países da península balcânica e a Turquia não conquistaram tal tipo integração econômica.⁴ Fatores geográficos, econômicos e culturais subordinam-se em última instância à política e à correlação de forças de cada sociedade. Assim, países chamados emergentes no início do século XXI, que podem ou não assumir um nível de bem-estar de suas populações compatível com o grau de desenvolvimento econômico médio que possuem (Brasil, Índia, China, África do Sul, Rússia),⁵ têm variados regimes políticos em disputa. Seu sucesso democrático ou a recaída em soluções reacionárias só depende da força das camadas populares e de seu grau de autoconsciência de interesses de classe capaz de impulsionar projetos reformistas. Tudo isso nos marcos do capital oligopolizado internacional,

é evidente. Mas, embora não seja igualmente evidente, não é impossível uma aceleração da história no rumo da sociedade sem classes.

O objetivo aqui é analisar o imperialismo tardio à luz da experiência concreta do sul da Europa na transição do século XIX ao XX, dando relevo especialmente ao caso português. Partimos de uma análise dos espaços e das economias, pois elas são estruturas históricas de alto poder explicativo na definição e redefinição dos impérios europeus no século XIX, tanto como o foram no século XVI.

O espaço não é um palco, uma subestrutura, ou mesmo um ente natural cada vez mais irrelevante com o avanço das técnicas. O espaço é ele mesmo técnico, humano, social, como os geógrafos o têm demonstrado exaustivamente (LIRA, 2006). As economias, suas externalidades e seus impulsos internalizados são espaciais. É o espaço que distribui as forças produtivas, que as convida para o aumento da produtividade e para o rebaixamento do valor da força de trabalho, pois sem mercados não há produções. E os mercados são espacializados, ainda que segundo uma espacialidade diferencial e combinada. A reorganização do espaço econômico introduzida pela conjuntura imperialista do último quartel do século XIX mostrou que o espaço comandava não só as relações entre as periferias coloniais ou semicoloniais com o centro do capitalismo mundial, mas também uma luta feroz em zonas intermediárias que viviam o transe das incertezas entre um papel de centro (em geral herdado por situações importantes na alvorada do Antigo Regime), ou de periferia (decorrente da decadência do século XVIII).

Ou seja, essas zonas semiperiféricas não podiam ser integradas no mundo colonial, mas também apresentavam defasagens aparentemente irremediáveis no momento em que a Europa vivia a dupla revolução (HOBBSAWM, 1997): a francesa e a industrial britânica. No momento da arrancada, do *take off* britânico, todo o entorno foi jogado à semiperiferia. Rapidamente, alguns países se recuperaram para partilhar as posições imperiais ou centrais, como a Bélgica e a França. Não por acaso, só a Holanda e a Grã-Bretanha, pioneiros na centralidade econômica atlântica, não viveram turbulências políticas apreciáveis e não mergulharam em ditaduras ou situações bonapartistas. O regime parlamentar e liberal, que Gramsci considerava normal em termos sociológicos para as sociedades capitalistas avançadas, impôs-se só a muito custo na França. Encontrou impasses mais duros no sul europeu, às vezes ligados aos processos tardios e conservadores de unificação (Itália e Alemanha). Nesses dois casos, a questão territorial foi determinante, pois a união se deu sob

a hegemonia do Piemonte (Itália) e da Prússia (Alemanha), sempre sob a forma monárquica (na Espanha, Castela cumpriu, em excesso, esse papel centralizador, unificando o país no século XVI). Tais territórios eram depositários da tradição política aristocrática e submeteram os espaços mercantis e industriais a um Estado que, para surgir tardiamente, precisava mobilizar grandes somas do excedente econômico. Ora, o excedente espontaneamente gerado pela economia privada ainda não permitia que tal Estado nacional pudesse emergir. O imperialismo era, portanto, uma consequência lógica, razão pela qual tais estados se apresentavam como militaristas em maior ou menor grau. Evidentemente, esta era uma prerrogativa de qualquer desenvolvimento capitalista, o qual precisava decolar através de uma acumulação não-capitalista de capital: a acumulação primitiva. Mas a Inglaterra, uma vez tendo o capital mínimo para dar seu *take off*, pôde contar com a Revolução Industrial e com um crescimento auto-sustentável permanente. Além disso, foi pioneira na conquista de mercados externos por mecanismos tipicamente econômicos (embora também usasse o monopólio de natureza extra-econômica, garantido pela força e por direitos coloniais). Tal fase estava superada para a Grã Bretanha em fins do século XIX, embora ela mantivesse suas colônias. Seu neocolonialismo pode ser visto como modelar. Ela pode ser tratada como a primeira a ter o direito de acrescentar o prefixo “neo” ao colonialismo. Na segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha aumentava sua participação na divisão territorial da África, redistribuindo terras a companhias privadas. Em 1876, ela tinha 279.165 milhas quadradas; em 1898, 2.514.692 milhas quadradas. A Companhia Niger tinha 500 mil, a Companhia Africana Ocidental 750 mil e a Companhia África do Sul 500 mil, totalizando 1.750.000 milhas quadradas (CARQUEJA, 1920, p. 306).

Os Estados Unidos também são um exemplo do novo imperialismo, pois praticamente não possuíam colônias formais no início do século XX (com raras exceções).

Países retardatários, mas com algum grau de desenvolvimento de manufaturas, tiveram de recorrer, com muito mais interesse, ao colonialismo de novo tipo. A Inglaterra, a França e a Bélgica partilhavam grande parte da África no início do século XX. Portugal, por razões históricas, mantinha vastas possessões. A Alemanha e a Itália tiveram aventuras tardias e infrutíferas. Em alguma medida, todos os países do sul da Europa e a Alemanha fracassaram a curto ou médio prazo na manutenção de um novo tipo de imperialismo. Chamemos a esse fenômeno neocolonial de países em processo de modernização defasada, nos séculos XIX e XX, de

imperialismo tardio, para fazer uma referência descontextualizada ao capitalismo tardio do marxista belga Ernest Mandel. A expressão, já usada, ainda não foi teoricamente consolidada.⁶

O imperialismo tardio repõe o espaço numa posição central, pois sua definição implica o conceito de semiperiferia e o estudo da reorganização do espaço econômico mundial em regiões subnacionais ou supranacionais. O espaço não passa a ser um ente determinante por si só. Não cabe aqui rejeitar a preeminência ontológica da produção na conformação do ser social como totalidade socialmente articulada. Cabe relevar o fato de que Karl Marx nunca aderiu a um determinismo de tipo econômico, senão em raras e deslocadas passagens de sua obra. O conceito de produção, assim como o de excedente, foi pouco desenvolvido por marxistas durante o século XX. O conceito de excedente aguardou a obra de Sweezy e a de Baran para um novo dimensionamento de seu papel na era do capitalismo oligopolista internacionalizado.⁷ Ora, em cada época ou espaço, a produção tem uma natureza diferenciada não só pela forma, mas também pelo conteúdo. Na etapa do capitalismo imperialista (e talvez de todos os capitalismos), a produção econômica do espaço é realmente determinante para a compreensão da totalidade da vida social. É o espaço que impõe os limites da ação dos Estados, das guerras, dos transportes de mercadorias, dos circuitos financeiros e da própria recepção de idéias. O espaço conforma o mundo.

Além disso, a produção não é um conceito meramente econômico. Karl Marx lembrou, num texto pouco citado (Carta a Annenkov), que o conceito alude à produção do ser social total, incluindo aí as idéias, as mentalidades, os costumes – e, acrescentemos nós, o espaço.⁸

Por tudo isso, uma Geografia Histórica é indispensável para pensar a questão do imperialismo, seja do tardio (atinentes aos países que, por razões várias, se atrasaram na corrida neocolonialista), seja do clássico, de países modelares como a Inglaterra e os Estados Unidos, ou dos semi-retardatários (como a França e a Alemanha). A França organizou, em 1863, a Sociedade de Crédito Predial Colonial, para realizar empréstimos aos colonizadores franceses, demonstrando um vivo interesse e apoio financeiro por parte de seu governo ao neocolonialismo. Ou seja, quem diz capitalismo diz desigualdade. E diz desigualdade inscrita no espaço, na forma de centros, semiperiferias e periferias. A dimensão social da desigualdade (entre classes) é interna aos países. Mas o capital não recorta as sociedades apenas internamente, mas também nas relações entre elas. O externo é determinante, em última instância, na definição do grau e

mesmo da natureza da desigualdade interna, porque o grau de exploração da classe produtiva num lugar é determinado pela posição que esse lugar ocupa no mapa. Se a classe operária estiver no centro, ela pode partilhar mais direitos (salário indireto) com os patrões do centro. Se ela estiver na periferia, ela terá de se submeter a graus de exploração com alta extração de mais-valia absoluta, porque esta é a única maneira de concorrer com o mais forte numa situação periférica. Portanto, o espaço não é uma variável, mas a variante determinante na definição do grau de exploração. Ainda mais porque o espaço não é natural, é técnico. Uma maior composição orgânica de capital (em termos marxistas) é o apanágio dos países do centro e não da periferia. Mas essa maior composição orgânica é parte integrante do conceito de espaço, pois as opções feitas no passado, em termos de estabelecimento de plantas fabris, rotas, centros de serviços e concentração populacional, explicam a persistência de uma alta composição orgânica em certas regiões.⁹

É evidente que, ao lado da categoria “espaço”, nós poderíamos situar as mentalidades dotadas de valor estrutural e explicativo para as tendências resistentes ao desenvolvimento social no sul da Europa e nos atuais países considerados emergentes (China, Rússia, Índia e Brasil). Como os sociólogos acentuaram bem, entre os requisitos de uma Ordem Social Competitiva (no plano histórico ou genético) aparecem primeiramente uma mentalidade crítica da tradição e dos valores sagrados e, em seguida, uma mentalidade prática votada ao domínio e transformação da “natureza”. Por outro lado, se a cooperação aparece também como essencial desde o processo produtivo capitalista,¹⁰ e mesmo como base para um modo de produção superior,¹¹ o conflito social (e a luta de classes como sua principal modalidade no capitalismo industrial) também é uma “expressão dinâmica da rede de controles sociais das coletividades humanas. Em outras palavras, o conflito só se manifesta como força disruptiva e desagregadora em situações histórico-culturais nas quais ele não possa ser regulado socialmente” (FERNANDES, s.d., p. 30). As sociedades ibéricas, por exemplo, eliminaram o conflito social, travaram a mentalidade prática e puniram a crítica da tradição e dos valores sagrados. Sergio Buarque de Holanda lembrou que palavras ligadas ao comércio, como traficante e tratante, se tornaram pejorativas em Portugal, o que revela uma repulsa aos elementos condicionantes e determinantes de um comércio desenvolvido. São eles: a racionalização e a despersonalização dos negócios, a fidelidade no trato sem os laços pessoais de afeto, a pontualidade e a exatidão (HOLANDA, 2004, p. 49-58). Em Portugal, a confusão entre amigo e cliente e a incapacidade

congênita de qualquer forma de ordenação impessoal dos negócios são variantes mentais explicativas do caráter tardio do avanço capitalista.

A inquisição puniu, a pedagogia jesuítica e militante desviou a mentalidade para o sagrado e o Estado subordinou o capital comercial a si. Destarte, o capitalismo mercantil ascendente no século XV recua nos meados do século XVI e, com ele, a burguesia (FALCON, 1993, p. 333). Como não floresceram as indústrias, salvo nos ciclos efêmeros do Conde da Ericeira ou do Marquês de Pombal, o dinamismo do sistema econômico situou-se espacialmente na periferia geográfica, o que é explícito no caso espanhol, com o centralismo político madrileno e da Meseta, em relação ao norte e ao leste.

O assim chamado Terceiro Império Português (1825-1975) é uma modalidade de imperialismo tardio. Igualmente o turco e o espanhol, guardadas as devidas proporções. A aventura italiana na Abissínia respondeu aos mesmos imperativos. Essa variante histórica do imperialismo não é redutível às teorizações marxistas clássicas¹² e nem às tentativas de revitalização das idéias de T. Veblen para apor ao imperialismo antigo os ideais de prestígio e de consumo de ostentação de elites das classes dominantes dos países imperialistas semiperiféricos, como o fez um historiador num criativo estudo, já clássico, sobre o caso português (HAMMOND, 1966). Afinal, todas as classes dominantes, em algum grau, desenvolvem um consumo ornamental que Marx situava na rubrica dos *faux frais* (falsos custos) (MARX, 1983, v. II, p. 100).¹³ Mesmo a burguesia mais protestante e voltada para o adiamento do prazer e dotada do espírito de acumulação consumia custos de representação do capital. É preciso integrar à análise a relação das ambições imperialistas desses países fragilizados e dos custos administrativos dessas ambições: “A Espanha e Portugal também podem ter caído na armadilha territorial: a conquista de tão grande número de possessões, com relação aos seus meios de extração, que os custos administrativos acabariam por absorver os lucros do domínio imperial” (TILLY, 1996, p. 191). Isso não significa que todo imperialismo tardio seja disfuncional economicamente. Ao contrário, ele sempre serve a governos e setores das elites das classes dominantes, mas estreitam a base de acumulação de setores produtivos internos e deprimem o consumo interno dos trabalhadores.

CONCEITO DE SEMIPERIFERIA

Para Boaventura Santos (1992), o Portugal que foi império colonial no século XVIII era claramente semiperiferia: correia de transmissão situa-

da entre a Grã-Bretanha, por exemplo, e as áreas de exploração colonial. Mas a perda daquele império (e também do último, desaparecido em 1975) não retirou Portugal da semiperiferia. Ele não galgou a condição central, mas também não desceu à condição periférica. Por isso, seria preciso definir positivamente o conceito. Boaventura Santos assevera, com perspicácia, a natureza específica e diferencial dessas sociedades semi-periféricas no contexto europeu. Acentuar o contexto é imprescindível, pois isso diz respeito a uma espacialidade definida. Ainda assim, o conceito ainda não dá conta da razão pela qual Portugal não transitou à periferia, uma vez tendo perdido sua funcionalidade como correia de transmissão. Dois fatores de ordem política e geográfica são elucidativos. O primeiro fator foi que Portugal, sem ser um país com potencialidade industrial considerável, criou um Estado redistribuidor da mais-valia social (o excedente econômico ou poupança), para além de suas capacidades produtivas. Essa criação só foi possível porque a transição do Império à democracia parlamentar se deu mediante uma revolução socialista ou que gerou expectativas socialistas. Dir-se-ia (como um velho professor falava do México) que a burguesia portuguesa foi temperada pelo medo da revolução.

O menos determinante, mas não negligenciável, foi o fato de o país pertencer a um continente europeu em expansão. Ora, os continentes não são apenas geográficos. Eles são históricos. E Portugal é uma das fronteiras indeclináveis do Velho Mundo, tanto em termos de transporte marítimo quanto em termos militares.

As sociedades semiperiféricas no contexto europeu caracterizam-se por uma descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social. Esta descoincidência consiste no atraso das relações de produção capitalista, ou seja, das relações entre capital e trabalho na esfera da produção, em confronto com as relações de reprodução social, ou seja, as relações sociais que presidem aos modelos e às práticas dominantes do consumo. Esta descoincidência é articulada em função de dois fatores: primeiro, uma estrutura de classes em que se salientam diferentes classes de suporte que amortecem os conflitos entre o capital e o trabalho e asseguram o avanço relativo das práticas de reprodução social; segundo, a centralidade do Estado na regulação da economia. As sociedades semiperiféricas garantem a satisfação relativamente adequada dos interesses imediatos de amplos setores da população (e nomeadamente o operariado, numericamente importante na estrutura social da

população) à luz dos modelos de consumo dominantes. Tal, porém, não se deve a altos níveis de produtividade do trabalho nem à grande institucionalização formal da relação capital-trabalho semelhante à que existe nos países centrais. Resulta, em geral, de um complexo tecido social em que esta última relação se desenrola, o qual, por seu lado, cria mecanismos informais compensatórios do atraso das relações de produção e, por outro lado, pulveriza os conflitos sociais entre o capital e o trabalho. (SANTOS, 1992, p. 109)

As características das sociedades semiperiféricas (em contexto europeu), para Boaventura Santos, são: descoincidência entre relações de produção e a reprodução social; situação de semi-industrialização; malha industrial adensada em setores tradicionais e competitividade baseada no achatamento dos salários. As bases desse processo residem na forma de reprodução da força de trabalho. Ela se baseia no salário direto, na agricultura familiar, na condição semiproletária de muitas famílias e no salário indireto (ação estatal). Fatores conjunturais, como o peso dos juros de poupança e os rendimentos de retornados da África e de emigrados, também se fizeram valer. No campo do Direito, Portugal apresenta uma outra especificidade (que não convém aqui desenvolver), a saber: sua constituição foi produto de uma revolução socialista, de modo que limitou a ação política liberal e paralisou muitas reformas que exigiam ou a forma sub-reptícia e camuflada em nível infraconstitucional, ou a reforma constitucional (esta feita duas vezes).

Portanto, Portugal apresenta simultaneamente dados estatísticos de países pobres e padrões de consumo sofisticados, além de alta escolarização, numa relativa situação de bem-estar material da população. O número de alunos no ensino superior, por exemplo, se multiplicou por três ou quatro vezes entre o período da Revolução e o início dos anos 1990. Segundo Valério (2001), o índice de pesquisadores em tempo integral, mantidos por bolsas (em milhares), subiu de 3 (1982) para 13,6 (1997). Mas esse “bem-estar” liga-se não só ao salário direto e indireto, mas também à reprodução não-capitalista de relações capitalistas, ou seja, à combinação de formas pré-capitalistas com capitalistas, como ficou dito acima.

Essa situação híbrida foi também constatada por um estudo empírico, de notável valor sociológico, sobre quatro aldeias em torno de Coimbra, feito antes e depois da Revolução dos Cravos:

Dez anos mais tarde, todos os indicadores estatísticos demonstram que não houve crescimento a nível macroeconômico. O sistema

produtivo é ineficiente e desarticulado; mostra uma instabilidade estrutural e uma debilidade intrínseca. Dois importantes indicadores do desenvolvimento, salários reais e investimentos produtivos, cresceram com ritmo lento. A dinâmica das exportações foi superada pelo crescimento das importações. Em particular, o país mostra maior dependência do exterior em três áreas decisivas: alimentação, energia, máquinas e tecnologia. O déficit com o exterior atinge 2/3 do PIB. (PISELLI, 1996, p. 7)

O país apresenta debilidades herdadas do passado, como o déficit comercial alto compensado pelo equilíbrio da balança de pagamentos, sustentado na base da remessa de divisas do exterior. Mas os indicadores sociais mudaram sensivelmente depois da Revolução dos Cravos: “A análise do aspecto social proporciona-nos uma leitura diferente: estamos perante um quadro de vitalidade, movimento, mobilidade social e bem estar generalizado (embora relativo) que contraria com o pessimismo infundido pelos indicadores macroeconómicos” (PISELLI, 1996, p. 9). Em 1975 (ano-chave da Revolução dos Cravos), 72,1% das exportações portuguesas dirigiam-se aos países europeus e somente 11,2% à África. Outros 11,1% iam para o Continente Americano (com destaque para os Estados Unidos) e 3,4% e 2,2%, para Ásia e Oceania, respectivamente. As importações também eram europeias (56,2%) e, *nota bene*, com boa participação americana (18,8%). Somente 7,4% das importações provinham da África, 1,5% da Ásia e 2,2% da Oceania (GASPAR, 1981, p. 136). Os dados também revelavam um déficit potencial bastante significativo em relação aos Estados Unidos, que apareciam individualizados como grandes exportadores para Portugal, mas não como compradores. Portugal importava 12,4% do total de seus produtos dos norte-americanos, e dirigia a eles somente 7,2% de suas exportações. Todavia, era já, pelos números, um país integrado à Europa no aspecto comercial e, com o esfriamento da Revolução dos Cravos, no sentido liberal e capitalista, também no aspecto político.

IMPERIALISMO TARDIO

O *imperialismo tardio* deve-se constituir numa categoria histórica. Ele tem uma geografia, uma espacialidade. Ele tem uma gênese e se desenvolve inicialmente numa ou mais conjunturas.

Em primeiro lugar, a caracterização diz respeito aos países da semiperiferia europeia (dimensão espacial), na virada do século XIX para o

século XX (dimensão conjuntural). Geograficamente, tais países abrangem o sul europeu e, por razões históricas, a Alemanha. Afinal, o istmo alemão do qual falava Braudel cumpriu, nos séculos XV e XVI, a importante função de vincular o Mediterrâneo europeu ao Mar do Norte e ao Báltico por terra, enquanto não se sobrepunha decisivamente a rota oceânica. Ao mesmo tempo, porém, a Alemanha apresentou fortes tendências ao centro da economia-mundo européia, em função do poderio de suas cidades do centro e do norte e de sua estreita vinculação com o Báltico. Seu imperialismo apresenta simultaneamente características clássicas e características de imperialismo tardio. Da mesma forma, todo o sul europeu apresenta exceções desse tipo, em menor ou maior intensidade. O País Basco, a Catalunha e o norte italiano são exemplos de contraponto ao centralismo político continental (caso de Madri, na Espanha, e de Roma, na Itália etc).

Por sul europeu entenda-se a área que une as penínsulas Ibérica, Itálica e Grega (SCHMITTER, 1988). A Turquia poderia ingressar nessa categoria, mas tanto sua dupla História (meio oriental, meio ocidental) quanto a indefinição de seu estatuto geopolítico impedem que ela seja considerada em conjunto com os demais países europeus. Chipre e Malta poderiam ser considerados não fossem as economias de pequena escala e os espaços exíguos para os nossos propósitos.

O imperialismo tardio também agrega, como característica desses países, uma reprodução interna de desigualdades externas. Também internamente, uma semiperiferia cria-se em relação a um ou mais centros regionais. Todavia, os centros não são imediatamente econômicos. Antes, eles asfixiam o desenvolvimento econômico e superpõem uma camada burocrática às áreas ou pólos de avanço das forças materiais da produção. Há variações, é evidente. Assim, Roma, na Itália unificada, é o centro político e tributador, esteio da unidade territorial. Seu papel é o de constituição do Estado-nação às expensas (mas também protegendo) de um norte industrial. Madri faz o mesmo em relação a Barcelona e Bilbao, por exemplo. Lisboa, entretanto, uniu as suas potencialidades comerciais ao seu centralismo político, sufocando as cidades menores.

Por fim, o imperialismo tardio gera necessariamente regimes ditatoriais mais ou menos fortes e mais ou menos longevos, de acordo com o grau específico de desenvolvimento econômico e com a velocidade e aceleração desse desenvolvimento. A Alemanha (1933-1945) teve o regime fascista mais efêmero; a Itália (1921-1943), em segundo lugar. Em seguida, a Espanha (1921-1930 e 1939-1975) e Portugal (1926-1974) tiveram ditaduras mais longas. A Grécia teve duas ditaduras: a fascista de Metaxas,

que pouco durou, e a dos Coronéis. Mas durante todo o pós-Segunda Guerra desconheceu uma autêntica democracia liberal. O mesmo diga-se da Turquia, desde a ascensão de Kemal Ataturk. Curiosamente, a longevidade dessas ditaduras (chamemo-las fascistas ou não) é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento das forças materiais da produção de cada um dos países em questão. Isto ocorreu porque cada um deles partiu de uma base material mais ou menos avançada. Como a integração da semiperiferia ao centro demanda uma aceleração na acumulação primitiva de capital por meios políticos, a ditadura é a forma necessária, mas não explicativa (como causalidade), dessa “modernização recuperadora” (KURZ, 1992). Alguns sequer logram ingressar no centro (como Portugal, Grécia e, talvez, Espanha), mas conseguem atingir níveis de avanço social que os diferenciam da periferia. Obviamente, contribuem para isso o tamanho médio ou pequeno desses países, o tamanho da população e a renda *per capita*.

Um possível conceito de imperialismo tardio deve tangenciar o conceito de fascismo e exigir sua renovação. Afinal, os fascismos não têm propriamente importância teórica. Trata-se de movimentos praticistas ao extremo. Nenhum de seus intelectuais mais expressivos deixaram seus nomes na história do pensamento do século XX (nenhum acadêmico lê seriamente, exceto documentos, como os escritos de Mussolini ou Hitler, ou a obra de La Tour du Pin, de Maurice Barrès, ou de Joseph de Maistre). Da mesma maneira, os escritos de Salazar ou os discursos de Franco são de interesse meramente acadêmico, felizmente. Ora, o fascismo é uma reação prática ao fracasso momentâneo do imperialismo, no processo de partilha neocolonial de mercados cativos. Os países imperialistas ou neoimperialistas entram em guerra direta ou indireta numa economia mundial altamente oligopolizada. A guerra gera a destruição e a crise. Simultaneamente todos os países fascistas passaram por dois fenômenos nítidos: experiências liberais ou republicanas; e uma forte presença de partidos operários no jogo político. No sul da Europa, exceto Portugal, podemos encontrar o segundo elemento em todos os demais, e o primeiro inclusive em Portugal. Mas os países imperialistas pioneiros não chegaram à experiência fascista. Isto ocorreu porque o imperialismo tardio significa a montagem de uma máquina estatal, política e militar mobilizada para a guerra externa interimperialista e para a guerra colonial de conquista. Com a frustração dos países neoimperialistas na Guerra Européia (1914-1918), essa máquina retroagiu para dentro, mobilizando forças sociais internas para superar a crise interna de hegemonia expressa num regime

paralisado entre a ilusão liberal de contenção democrática da classe operária e a ilusão reformista da social-democracia (SWEEZY, 1983, p. 250).

Evidentemente, o modelo não dá conta das histórias singulares e concretas. Portugal, Espanha, Japão e Itália não foram perdedores da Guerra, mas principalmente os dois últimos não tiveram todas as suas ambições territoriais atendidas pela Conferência de Versalhes. Os dois primeiros viveram experiências republicanas frustradas, e, no caso da Espanha, isto gerou uma ameaça grande por parte das classes subalternas à segurança dos capitais e dos latifúndios. Não por acaso, a reação à República veio do setor militar colonialista a partir do norte da África. Em Portugal, podemos falar, com muito mais propriedade, de uma contra-revolução prolongada, como o fez Florestan Fernandes em relação à ditadura brasileira (FERNANDES, 1975).¹⁴

PARA UM ESTUDO SISTEMÁTICO DO IMPERIALISMO TARDIO

A compreensão do imperialismo tardio, como categoria histórica, exigiria um estudo estrutural-genético baseado em uma gama de informações incontornável em estudos individuais. Poderíamos optar por um estudo meramente estrutural com referências a fontes secundárias, como o fez Perry Anderson para desenvolver sua visão acerca do estado absolutista.¹⁵ Mas a forma da pesquisa tem conseqüências na elaboração dos conceitos históricos. Essa é a especificidade do saber histórico. Não basta reorganizar o conhecimento adquirido, embora isto seja lícito. É preciso reelaborar a leitura e a seleção das fontes. A seleção e o ordenamento das fontes não tocam apenas na disposição do discurso histórico, mas na própria forma de apreensão e, portanto, conceituação da realidade. Isto nada tem a ver com o uso de fontes inéditas, como o leitor deve ter visto.¹⁶ Se quisermos proceder a um anacronismo em questão de divisão de disciplinas acadêmicas, podemos dizer que Karl Marx certamente usou a história como ilustração de um modelo (por exemplo, nos capítulos finais do primeiro volume de *O Capital*). E fez uma alta narrativa histórica (estrutural e genética) em *O 18 Brumário*. No primeiro caso, fez uma sociologia diferencial *avant la lettre*. No segundo, fez história. Numa conceituação do imperialismo tardio seria preciso fazer história sem deixar de recorrer às categorias analíticas de outras disciplinas, notadamente a geografia ou a geoistória como foi desenvolvida no espírito inicial dos *Annales*. A organização e a mobilização de uma vasta literatura secundária (bibliografia de época ou atual), memórias, geografias de época e

boletins e atas de sociedades de geografia oitocentistas dificultam um estudo sistemático de todos os países do sul europeu por um único autor.

Compondo as bases geográficas (de geoistória, melhor dizendo), poderíamos estudar a conjuntura específica da virada do século XIX ao XX. O conjunto das condições conjuntas ou simultâneas (em francês soaria melhor: *ensemble des conditions conjointes!*), como diria Pierre Vilar (1974, p. 49). O neocolonialismo, o imperialismo. As realidades econômicas. Para só depois narrar as vicissitudes políticas.

Afinal, a história econômica, social ou espacial precisa recolocar os problemas do passado no próprio passado, segundo os critérios das gentes do passado. Por isso, o historiador não considera o orçamento, o Estado ou o dinheiro como categorias não-históricas, pois, em cada época, essas categorias atendem a uma dada racionalidade. A racionalidade também varia no espaço. A racionalidade empresarial capitalista, por exemplo, não pode ser a mesma no centro do sistema e na periferia. Assim, comportamentos irracionais (diante do modelo do centro) localizados na sociedade brasileira não foram tratados como simples resultados de atraso cultural, mas sim de condições objetivas do mercado capitalista e da ação do poder político na sociedade nacional (CARDOSO, 1972, p. 113).

ATUALIDADE

Foi dito anteriormente que esse imperialismo tardio apresenta uma fase em que é disfuncional economicamente para alguns setores sociais, pois estreitam a base de acumulação de setores produtivos internos (via tributação excessiva para saldar compromissos externos e remunerar capitais no mercado financeiro) e deprimem o consumo interno dos trabalhadores (via inflação de preços, que foi o caso brasileiro nos anos 1980). Mas a possibilidade de superar essa fase depende da extroversão sistemática da economia, aliada ao controle de reservas de dividendos explorados em áreas internas ou externas contíguas. Trata-se de uma geografia semiperiférica da expansão limitada dos países chamados emergentes. Esses fatores (estreitamento da base de acumulação e expansão em áreas contíguas, como faz o Brasil junto ao Mercosul e à Bolívia, por exemplo) derivam da articulação assimétrica entre semiperiferia e periferia. Para os países imperialistas centrais ou para as transnacionais poderosas, as crises de realização de suas mercadorias se resolvem também na forma clássica do adiamento de investimentos e através daquilo que Harvey (2003, p. 99) denominou ordenação espaço-temporal. Ou seja, do que

Marx chamou capital fixo, que, em razão de ficar imobilizado mais tempo no espaço físico, tem um ciclo de rotação longo. Alguns gastos sociais também têm essa função (infra-estrutura, educação, saúde). Pode-se dizer que os ganhos financeiros nos mercados emergentes, através da rolagem da dívida interna desses países, também cumprem a função das ordenações espaço-temporais.

A depressão do valor da força de trabalho interna é evidente no caso chinês, e a exploração desenfreada de recursos e populações internas e externas contíguas é evidente no caso brasileiro. No Brasil, a expansão do agronegócio e a expropriação de pessoas pobres são socialmente compensadas por políticas compensatórias governamentais e pela exploração de áreas contíguas pela integração no Mercosul, através do qual o Brasil negocia mais vantajosamente com parceiros internacionais. E fora desse mercado, utiliza-se de sua principal empresa estatal (Petrobrás) para exercer sua influência na Bolívia, por exemplo.

O novíssimo imperialismo tardio emergiu dentro de limites estruturais fortíssimos. As economias do início do século XX movimentaram ainda mais os espaços, removeram fronteiras, eliminaram distâncias. Coube à política impor limites. Por isso, a política econômica foi vista como a arte de promover a acumulação capitalista dentro de bases institucionais que tornassem os imperativos do capital socialmente aceitáveis.

Isto já vinha sendo feito, principalmente (e com graus diferentes de qualidade) sob a social democracia na Europa, sob forças chamadas populistas na América Latina, sob comunistas no Leste Europeu. Mas o consenso era tão forte a respeito do intervencionismo estatal que mesmo a democracia cristã, na Itália, e outros governos de direita europeus não conseguiram abolir o *welfare state*.

A situação se acentuou depois da chegada do neoliberalismo ao poder. Essa “revolução neoliberal” foi interpretada de maneira limitada apenas como uma mudança de política e não dos próprios fundamentos da política. A globalização do espaço econômico mundial enfraqueceu os Estados nacionais, principalmente os periféricos. Fortaleceu os mercados, mesmo em detrimento de muitas empresas, e desregulou os fluxos financeiros internacionais.

Nesse quadro difícil, os governos de países ditos emergentes fizeram suas opções. Mas foram escolhas integralmente livres? Dentro das restrições orçamentárias ditadas pelos compromissos com o mercado mundial e pela manutenção de um alto superávit primário (caso brasileiro), os governos optaram por fazer reformas capazes de agregar maiorias em

torno da criação de um ambiente de negócios estável e favorável ao capital. Os críticos ainda não conseguiram apontar alternativas globais, somente erros pontuais. Afinal, haveria coesão interna nos atuais países semiperiféricos para um projeto de ruptura com o mercado mundial e para a implantação de um modelo socialista? Seria possível ao menos um capitalismo autárquico nas modernas condições da globalização? Ora, os historiadores sabem que a internacionalização dos capitais é um fenômeno que já vem de alguns séculos. E que o traço estrutural da história da América Latina e da Ásia é a dependência do centro do sistema, mesmo mantendo e promovendo a abertura de centros internos de decisão e algum grau de diferenciação produtiva. E infelizmente também sabem que os países que lograram melhorar significativamente seu *status* internacional fizeram-no em detrimento de outros, mesmo sob o rótulo do desenvolvimentismo ou socialismo.

Um possível novo imperialismo periférico pode levar os países chamados emergentes ao sucesso pleno? Evidentemente a ilustração histórica não deixa uma resposta definitiva. Alguns lograram partilhar um pouco do bem-estar social dos países centrais (Portugal, Grécia), outros tornaram-se economias dinâmicas (partes de Espanha e Itália), outros ainda patinam no desespero e sobrevivem à sombra da cooperação militar com os Estados Unidos e aproveitam sua condição geoistórica de fronteira do ocidente (Turquia). Entre os países semiperiféricos atuais seria preciso observar as diferenças regionais e políticas (governo de força ou de consenso, dependendo do país, do potencial militar etc). O que todos têm em comum é o tamanho relativamente grande do território, o que compensa a distância do centro. Na primeira metade do século XX, o Chile, o Uruguai e a Argentina estiveram mais próximos do centro, mas não puderam partilhar da mesma velocidade dos fluxos de mercadorias e de influências militares e políticas como o sul europeu, pois a economia ainda não era ainda globalizada na escala de cinquenta ou cem anos depois. O Chile, indicado como modelo na semiperiferia, ainda é uma incógnita, mas pode-se articular a uma economia do Pacífico, se a China e o Japão constituírem um novo centro dinâmico do capitalismo naquela área, como já parecia antever Vidal de La Blache ao dizer que o Oceano Pacífico, em sua época ainda pouco explorado, seria a próxima “etapa geográfica” mundial no desenvolvimento dos transportes (LIRA, 2006).

É preciso asseverar também que as economias-mundo sempre se caracterizaram por uma perda de dinamismo na direção da periferia. No centro, as economias tenderam à oligopolização e ao imperialismo, e na

periferia à competitividade na oferta e ao quase monopólio na demanda (externa). É o que os economistas chamam de mercado oligopsônico (a Europa e, depois, os Estados Unidos funcionaram assim para a América Latina). Entre o centro e a periferia existiram a semiperiferia e uma zona-tampão (em geral, oceanos pouco explorados ou desertos ou ainda florestas tropicais separando zonas econômicas). Na atualidade, a semiperiferia chegou à periferia. Se fizéssemos um semicírculo no mapa-múndi do Brasil, passando pela África do Sul, pela China e pela Rússia, encontraríamos uma nova periferia dinâmica, integrada ao centro (Atlântico Norte). Por isso, os dilemas mais dolorosos da economia mundial do início do século XXI não estão nessa nova semiperiferia espacialmente integrada por navios mais velozes e aviões a jato, mas nas zonas adjacentes a cada um desses grandes países semiperiféricos e, mais ainda, nas zonas-tampão. A maior delas é a África abaixo do Saara e acima da África do Sul. São zonas de baixa voltagem, ou sem correntes capazes de dar energia a elas, enquanto nos países do semicírculo e em alguns outros organiza-se uma nova periferia (como o Mercosul, para a economia centrada no Estado de São Paulo).

Enfim, não há regras inescapáveis para a hipótese de um imperialismo dos mais fracos, mas não tão fracos. Mas essa nova realidade exigirá da esquerda socialista mais do que a mobilização da imaginação sociológica. Será preciso uma imaginação reformista ou revolucionária que leve em consideração a solidariedade internacional e uma possível redistribuição do excedente econômico interno igualmente solidário, mesmo às custas da abdicação de um peso internacional maior. Ou seja, é possível distribuir o que já se tem. É possível querer mais às custas de outrem sem distribuição. É possível fazê-lo optando por distribuir parte dos ganhos internamente, mas não externamente.¹⁷ É possível ainda perder parte do que se tem e nada distribuir, como ilustra o exemplo argentino no século XX. Também se pode optar por viver na “pobreza decente” e justa, à espera de condições internacionais favoráveis, como Cuba, embora países de dimensões continentais dificilmente tenham essa escolha.

Os países territorialmente grandes, com relativa diferenciação produtiva, não podem escolher uma semiperiferia perene e nem a recaída na periferia extrema, como o Sudão, na África,¹⁸ pois isso os jogaria na guerra civil aberta, em ditaduras¹⁹ ou na desagregação territorial, sob a ação dos impérios pioneiros.

THE LATE IMPERIALISM

ABSTRACT: This article shows the historical and geographic relations between countries of the semi-periphery and analyzes the concept of late imperialism or sub-imperialism.

KEY WORDS: imperialism, late imperialism, semi-periphery.

NOTAS

1. Cf. informação de Paulo Silveira Filho (1986) em “O problema da troca desigual”. De fato, ela existe (como hoje o sabemos, ainda que não nas dimensões antes pensadas) em várias formas econômicas e extra-econômicas. Há o endividamento externo, a remessa de lucros e a depreciação dos preços dos produtos agrícolas em relação aos preços dos manufaturados. Há uma geração de divisas mediante uma exportação baseada no câmbio desvalorizado e na inflação que corrói o preço da força de trabalho. Destaca-se ainda a compra de papéis de países semiperiféricos que são valorizados por pagamentos de juros que permitem “rolar” a dívida interna.
2. Se existe, entretanto, um subimperialismo, não há super-imperialismo, como dizia Bukharin. A internacionalização do capital consiste simultaneamente na sua nacionalização; afinal, o capital não pode ser desterritorializado, já que mesmo o capital bancário, em última instância, precisa passar pela sua fase de reprodução real, abrangendo as formas do capital produtivo, em que se encontra o capital fixo, que, como diz o nome, está fixado por mais tempo ao solo, na forma de plantas industriais. Se é verdade que o capital financeiro ganhou mais mobilidade, não se pode ocultar que o capital é um todo constituído pela sua parte variável e constante, quanto ao conteúdo, e fixa e circulante, quanto à sua rotação.
3. O mérito da formulação dessa categoria cabe a Rui Mauro Marini (1977), que percebeu o expansionismo brasileiro a partir da sua integração produtiva com os centros imperialistas e sua elevada (para padrões periféricos) composição orgânica média do capital, mas não tratou das questões atinentes à geografia.
4. Também, de nenhum modo, tal integração exige inelutavelmente um interregno fascista ou ditatorial, que de fato ocorreu nos países do sul da Europa.
5. No caso desses países e na atual etapa do capitalismo, o tamanho do território conta como substituto para a proximidade espacial em relação à Europa e aos Estados Unidos. No final do século XIX, quando ainda nem se ensaiava a revolução do transporte aéreo, o sul da Europa tornou-se, a longo prazo, o candidato a ingressar primeiro no rol dos países integrados ao centro. Evidentemente, a Europa central também, sendo a Alemanha o país mais vitorioso.

6. Não convém deixar de lembrar o subimperialismo de Rui Mauro Marini (1977) ou as formas de imperialismo periférico. Mas, aqui, trata-se de um imperialismo semiperiférico. O conceito de semiperiferia foi analisado em Wallerstein (1991) e Boaventura Sousa Santos (1992), entre outros.
7. O excedente é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. Para Marx, o excedente é a mais-valia (renda, juros e lucros). Marx incluía também os salários dos trabalhadores improdutivos e os impostos. No século XX, muitos outros elementos integraram o excedente (BARAN e SWEEZY, 1966, p. 19).
8. “Menos ainda compreendeu o senhor Proudhon que os homens, que produzem as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, produzem também as idéias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais (*idéelles*) dessas mesmas relações sociais” (MARX e ENGELS, s.d., p. 551).
9. Composição orgânica do capital maior significa que o capital constante (investido em matérias-primas e máquinas) é maior do que o variável (investido na contratação de trabalhadores).
10. Cf. Marx (1983), principalmente os capítulos “Cooperação” e “Divisão do trabalho e manufatura”. Uma crítica importante pode ser encontrada nos trabalhos de Marglin (1980).
11. Em *O Capital*, Marx (capítulo XXVII – “O papel do crédito na produção capitalista”) analisou o instituto do crédito e as cooperativas, considerando-os similares como formas de passagem a um novo modo de produção associado. Porém, trata-se de uma abolição do capital dentro dos limites do modo de produção capitalista (MARX, 1983, v. III, t. I, p. 333).
12. Lênin, Hilferding, Hobson e Bukharin fizeram seus estudos até o início da Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, surgiram desenvolvimentos fecundos no chamado Terceiro Mundo. Sobre o intercâmbio desigual, ver Del Rio (1994). Para um histórico da evolução das relações de dependência desde Marx, ver Cardoso (1972). Para um histórico do Ocidente e do imperialismo ocidental, consultar Del Roio (1998).
13. A discussão, não por acaso, aparece no volume que trata da circulação do capital e não da produção, tocando na essencial questão do trabalho produtivo. Isto porque o capitalista como personificação do capital é, como em sua própria existência social, um ente improdutivo, embora cumpra funções sociais necessárias no interior do modo de produção do capital.
14. O autor cita explicitamente o fascismo português.
15. A pretensão de Anderson (1988) é a de fazer um estudo estrutural e genético.
16. Fontes já lidas e utilizadas para outras finalidades podem ser relidas com outra função. É exatamente isto que diferencia, por exemplo, a obra de Eric Hobsbawm e o clássico já citado de Perry Anderson. O primeiro mobiliza

relatórios publicados em apêndices de livros e em testemunhos de época já editados (embora tenha utilizado farta documentação inédita em seus estudos de caso publicados em revistas especializadas). O segundo usa bibliografia de apoio e não propriamente fontes primárias (mesmo que já publicadas). Evidentemente, isto não retira o mérito de seu trabalho, cuja tese polêmica e bastante questionável não deixa de demonstrar seu brilhantismo, mas retira o alcance próprio do historiador, que seleciona e ordena ele mesmo a narrativa histórica.

17. Poderia a China ter optado por tal saída? Esta foi a opção dos países europeus no passado. Para o Brasil, tal saída está interdita por causa do seu diminuto poderio militar, o que teria de ser compensado por um aumento futuro ou por uma associação íntima com os Estados Unidos, em improváveis bases cooperativas.
18. O Sudão é o maior país africano em extensão territorial (2.506 mil quilômetros quadrados ou 8% da superfície africana). Ver Schmitter (1988), Sweezy (1983), Tilly (1996), Transpadini e Stédile (2005), Valério (2001) e Vilar (1974).
19. O cenário da ditadura pode, no século XXI, aparecer sob o disfarce da cassação de inimigos políticos e partidos de esquerda dentro da legalidade manipulada para tais fins.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- _____. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CARQUEJA, Bento. *O futuro de Portugal*. 2. ed. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1920.
- DEL RIO, Aurélio. *Precio, valor e intercambio desigual*. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1994.
- DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo, Ícone, 1998.
- FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel [s.d.].
- FONTANA, J. Comercio colonial e industrialización: una reflexion sobre los origines de la industria moderna en Cataluña. In: NADAL, J.; TORTELLA, G. *Agricultura*,

comercio colonial y crecimiento económico en la España contemporánea. Barcelona: Ariel, 1972.

GASPAR, J. (Dir.). *Portugal em mapas e números*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

HAMMOND, R. J. *Portugal and Africa (1815-1910)*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Age of revolutions*. London: Abacus, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Mentalidade capitalista e personalismo. Para uma nova história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIRA, Larissa Alves de. *Geografia braudeliana: a concepção de espaço de Fernand Braudel na primeira parte de O Mediterrâneo*. Relatório de Iniciação Científica, Universidade de São Paulo/Fapesp, 2006.

MARGLIN, S. Para que servem os padrões. In: GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARINI, Rui Mauro. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Políticos*, México: Ediciones Era, n. 12, abr./jun. 1977.

MARX, K. H. E Engels, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, [s.d.].

_____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SECCO, L. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

PISELLI, F. *Os caminhos silenciosos da mudança: quatro aldeias antes e depois do 25 de abril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SANTOS, Boaventura. *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1992.

SCHMITTER, P. C. (Ed.). *Transições do regime autoritário: o sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. O problema da troca desigual. *Revista Novos Rumos*, v. 1, n. 3, p. 157-183, 1986.

SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1991.

VALÉRIO, Nuno. *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: INE, 2001.

VILAR, Pierre. *Or et monnaie dans l'histoire*. Paris: Flammarion, 1974.